

805/84, de autoria do Deputado Archimedes Lammoglia, que estabelece horários para retorno de veículos particulares de passageiros a São Paulo, no sistema Anchieta-Imigrantes, em fins-de-semana e dias de feriados prolongados. Sem discussão é aprovado o parecer. É concedida a Vista por três dias, nos termos do artigo 57, inc. II, da IV C.R.L., ao requerente Deputado Ademar de Barros, sobre o Projeto de Lei n.º 818/84, de autoria do Deputado Mauro Braga, que autoriza o Executivo a assumir o controle acionário de "Caiuá - Serviços de Eletricidade S/A", mediante a aquisição das ações necessárias para esse fim. Parecer favorável com emenda do Relator Deputado Randal Juliano Garcia, sobre o Projeto de Lei n.º 826/84, de autoria do Deputado Eduardo Jorge, que altera a redação do artigo 9.º da Lei n.º 4.186, de 27-7-84, que introduziu alteração na Lei n.º 3.415, de 22-6-82, que criou a Fundação Hemocentro de São Paulo. Sem discussão é aprovado o parecer; É concedida Vista por três dias, nos termos do artigo 57, inc. II, da IV C.R.L., ao requerente Deputado Ademar de Barros, sobre o Projeto de Lei n.º 833/84, de autoria do Deputado Fernando Leza, que altera dispositivo do Decreto-Lei n.º 258/70, visando incluir Conselho Consultivo no FUMEST, com a participação de Prefeito ou representante de cada estação. É concedida Vista por três dias, nos termos do artigo 57, inc. II, da IV C.R.L., ao requerente Deputado Luiz Furlan, sobre o Projeto de Lei n.º 834/84, de autoria do Deputado Maurício Najaz, que fixa data do pagamento dos vencimentos dos funcionários e servidores do Estado. Parecer favorável do Relator Deputado Ademar de Barros, sobre o Projeto de Lei n.º 837/84, de autoria do Deputado Waldyr Trigo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de equipamento de proteção em veículos que transportem cargas por via pública, ferrovia ou rodovia estadual. Sem discussão é aprovado o parecer. Parecer favorável ao Projeto e à emenda, do Relator Deputado Helio Furlan, sobre o Projeto de Lei n.º 841/84, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, que proíbe a implantação, alteração do processo produtivo e ampliação da área construídos dos estabelecimentos industriais, nas áreas de drenagem da Bacia do Rio Moji Guaçu. Sem discussão é aprovado o parecer. É concedida Vista por três dias, nos termos do artigo 57, inc. II, da IV C.R.L., ao requerente Deputado Vicente Botta, sobre o Projeto de Lei n.º 844/84, de autoria do Deputado Hatiro Shimomoto, que dispõe sobre a obrigatoriedade de alvará bacteriológico anual para a comercialização de água mineral no Estado. Parecer favorável do Relator Deputado Randal Juliano Garcia, sobre o Projeto de Lei n.º 847/84, de autoria do Deputado Ricardo Izar, que dispõe sobre a obrigatoriedade de residência para zelador nos prédios de escolas estaduais a serem construídos. Sem discussão é aprovado o parecer; parecer favorável do Relator Deputado Randal Juliano Garcia, sobre o Projeto de Lei n.º 851/84, de autoria do Deputado Hatiro Shimomoto, que dispõe sobre a obrigatoriedade da entoação do Hino Nacional Brasileiro e do Hino à Bandeira Nacional nos estabelecimentos de ensino de Primeiro e Segundo Graus. Sem discussão é aprovado o parecer. O Deputado Ademar de Barros solicita preferência na apreciação do item 69 (sessenta e nove), Projeto de Lei n.º 143/85. Aprovada a solicitação é lido o parecer favorável do Relator Deputado Evandro Mesquita, sobre o Projeto de Lei n.º 143/85, de autoria do Deputado Marcos Aurélio Ribeiro, que revoga o inciso IV do artigo 5.º da Lei n.º 761, de 14-11-75, que dispõe sobre a utilização, no serviço público, de veículos de propriedade de servidores. Sem discussão é aprovado o parecer; parecer contrário do Relator Deputado Marcos Aurélio Ribeiro, sobre o Projeto de Lei n.º 197/85, de autoria do Deputado Geraldo Alckmin, incluindo no quadro do Magistério da Secretaria da Educação o cargo de "Assistente Administrativo de Ensino". Sem discussão é aprovado o parecer. É concedida Vista por três dias, nos termos do artigo 57, inc. II, da IV C.R.L., ao requerente Deputado Marcos Aurélio Ribeiro, sobre o Projeto de Lei n.º 207/85, de autoria do Deputado Geraldo Alckmin, que assegura aos Prepostos de Despachante Policial, com mais de três anos de exercício nessa atividade, os mesmos direitos conferidos pela Lei n.º 2.600, de 15-1-54, ao Despachante Policial. É concedida Vista por três dias, nos termos do artigo 57, inc. II, da IV C.R.L., ao requerente Deputado José Gregório, sobre o Projeto de Lei n.º 507/85, de autoria do Deputado Januário Mantelli Neto, que veda a instalação de indústrias poluidoras ambientais ou sonoras na Região Metropolitana de São Paulo. Parecer favorável do Relator Deputado Marcos Aurélio Ribeiro, sobre o Projeto de Lei n.º 517/85, de autoria do Deputado Ary Pedrosa, que dispõe sobre as comemorações do Dia da Mulher na Rede de Ensino Estadual de Primeiro e Segundo Graus. Sem discussão é aprovado o parecer. Tendo em vista o disposto no artigo 48 da IV C.R.L., o Senhor Presidente declara adiada a apreciação dos demais itens, convoca os Senhores membros para reuniões extraordinárias a serem realizadas nos dias 23, 29 e 30 de maio do corrente ano, às dezesseis horas e trinta minutos, o Plenário das Comissões, e dá por encerrada a reunião da qual eu, Miguel Sebastião Martins, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim.

Ata aprovada em reunião de 29-5-85
DEPUTADO ADEMAR DE BARROS, Presidente
Miguel Sebastião Martins, Secretário

Comissão de Defesa do Meio Ambiente

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA LEGISLATURA.

Aos vinte dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, às onze horas, no Plenário "D. Pedro I", da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sob a Presidência do Deputado Vicente Botta, realizou-se a Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, da Terceira Sessão Legislativa, da Décima Legislatura. Presentes os Deputados Walter Lazzarini e Marcos Aurélio Ribeiro. Ausentes, por motivos justificados, os Deputados Geraldo Siqueira e Walter Lemes Soares. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que foi dada por aprovada. Passou-se à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia. Item n.º 01 — Projeto de Lei n.º 235/84, de autoria do Deputado Randal Juliano Garcia, declarando área de proteção ambiental a região que circunda a represa hidroelétrica do Bairro da Usina, no Município de Atibaia. Aprovado o parecer do relator Deputado Vicente Botta, propondo encaminhamento da proposição ao autor, para instrução conforme requisitos formulados por esta Comissão. Item n.º 02 — Projeto de Lei n.º 364/84, de autoria do Deputado Marcos Aurélio Ribeiro, declarando área de proteção ambiental o Município de Cássia dos Coqueiros. Aprovado o parecer do relator Deputado Vicente Botta, propondo encaminhamento da proposição ao autor, para instrução conforme requisitos formulados por esta Comissão. Item n.º 03 — Projeto de Lei n.º 366/84, apresentado pelo Deputado Geraldo Alckmin, declarando área de proteção ambiental o Município de Monteiro Lobato. Aprovado o parecer do relator Deputado Vicente Botta, propondo encaminhamento da proposição ao autor, para instrução conforme requisitos formulados por esta Comissão. Item n.º 04 — Projeto de Lei n.º 390/84, de autoria do Deputado Osório Silveira, declarando área de proteção ambiental a região da "Cidade da Criança" em São Bernardo do Campo. Aprovado o parecer do relator Deputado Walter Lazzarini, propondo encaminhamento da proposição ao autor, para instrução conforme requisitos formulados por esta Comissão. Item n.º 05 — Projeto de Lei n.º 433/84, de autoria do Deputado José Yunes, instituindo a Estação Ecológica do Município de Itirapina. Aprovado o parecer do relator Deputado Geraldo Siqueira, favorável à proposição, na forma da emenda. Item n.º 06 — Projeto de Lei n.º 539-84, apresentado pelo Deputado José Yunes, declarando área de proteção ambiental o Município de Santa Branca. Aprovado o parecer do relator Deputado Walter Lazzarini, propondo encaminhamento da proposição ao autor, para instrução conforme requisitos formulados por esta Comissão. Item n.º 07 — Projeto de Lei n.º 676-83, apresentado pelo Deputado Ary Kara, declarando área de proteção ambiental a região urbana e rural do Município de Tiemeembé. Aprovado o parecer do relator Deputado Walter Lemes Soares, propondo encaminhamento da proposição ao autor, para instrução conforme requisitos formulados por esta Comissão. Item n.º 08 — Projeto de Lei n.º 677-83, de autoria do Deputado Ary Kara, declarando área de proteção ambiental a região urbana e rural do Município de Bananal. Aprovado o parecer do relator Deputado Vicente Botta, propondo encaminhamento da proposição ao autor, para instrução conforme requisitos formulados por esta Comissão. Item n.º 09 — Projeto de Lei

n.º 678-83, de autoria do Deputado Ary Kara, declarando área de proteção ambiental a região urbana e rural do Município de Jambiero. Aprovado o parecer do relator Deputado Vicente Botta, propondo encaminhamento da proposição ao autor, para instrução conforme requisitos formulados por esta Comissão. Item n.º 10 — Projeto de Lei n.º 681-83, de autoria do Deputado Ary Kara, declarando área de proteção ambiental a região urbana e rural do Município de Redenção da Serra. Aprovado o parecer do relator Deputado Walter Lazzarini, propondo encaminhamento da proposição ao autor, para instrução conforme requisitos formulados por esta Comissão. Item n.º 11 — Projeto de Lei n.º 682-83, de autoria do Deputado Ary Kara, declarando área de proteção ambiental a região urbana e rural do Município de Arcias. Aprovado o parecer do relator Deputado Walter Lemes Soares, propondo encaminhamento da proposição ao autor, para instrução conforme requisitos formulados por esta Comissão. Item n.º 12 — Projeto de Lei n.º 683-83, de autoria do Deputado Ary Kara, declarando área de proteção ambiental a região urbana e rural do Município de Natividade da Serra. Aprovado o parecer do relator Deputado Vicente Botta, propondo encaminhamento da proposição ao autor, para instrução conforme requisitos formulados por esta Comissão. Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual eu, Antonia Fernandes de Medeiros, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim.

Aprovada em reunião, de 15-5-85.
DEPUTADO VICENTE BOTTA, Presidente
Antonia Fernandes de Medeiros, Secretária

Comissão de Promoção Social

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA LEGISLATURA.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, no Plenário "José Bonifácio", da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Primeira Reunião Extraordinária da Comissão de Promoção Social, da Terceira Sessão Legislativa da Décima Legislatura, sob a Presidência do nobre Deputado Abraham Dabus. Presentes os Deputados Vicente Botta, Ademar de Barros e Fernando Silveira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida, à apreciação das proposições em pauta. 1. Moção n.º 407/85, de autoria do Deputado Benedito Cintra, apelando para o Senhor Presidente da república no sentido de ser criado o Conselho Nacional da Mulher. Colocado em votação, foi aprovado o parecer do relator, Deputado Carlos Apolinário, favorável à proposição. 2. Moção n.º 469/84, de autoria do Deputado Archimedes Lammoglia, apelando para o Senhor Presidente da República no sentido de ser criado e instalado Centro Social-Urbano em Santana do Parnaíba. Colocado em votação, foi aprovado o parecer do relator, Deputado Vicente Botta, contrário à proposição. 3. Moção n.º 485/84, de autoria do Deputado Ricardo Izar, apelando para o Senhor Presidente da República no sentido de estender o auxílio funeral aos favorecidos pela Lei n.º 6.179, de 11-12-74, beneficiários da renda mensal vitalícia. Colocado em votação, foi aprovado o parecer do relator, Deputado Carlos Apolinário, favorável à proposição. 4. Moção n.º 500/84, de autoria do Deputado Walter Lemes Soares, apelando para o Senhor Presidente da República no sentido de ser revisado o número de quotas de interações conferidas ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Presidente Venceslau. Colocado em votação, foi aprovado o parecer do relator, Deputado Carlos Apolinário, favorável à proposição. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, eu, Rosa Veronezzi de Campos, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que vai pelo Senhor Presidente e por mim assinada.

Aprovada em reunião de 28-5-85
DEPUTADO ABRAHIM DABUS, Presidente
Rosa Veronezzi de Campos Secretária

Comissão de Redação

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA LEGISLATURA.

Aos vinte dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, às quinze horas, no Plenário "D. Pedro I", da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Terceira Reunião Extraordinária da Comissão de Redação, da Terceira Sessão Legislativa, da Décima Legislatura, sob a presidência do deputado Gilberto Port. Presentes os deputados Paulo Frateschi e Vicente Botta, e ausente o deputado Manoel Moreira. Havendo número regimental, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, determinando a leitura da ata da reunião anterior, que foi considerada aprovada. Passou-se à apreciação das proposições. Projeto de Lei Complementar n.º 3/85, em regime de urgência, apresentado pelo Poder Executivo, alterando as Escalas de Vencimentos aplicáveis aos funcionários, servidores e inativos do Estado. Aprovado o parecer do relator, deputado Paulo Frateschi, dando redação final à proposição. Projeto de Lei n.º 214/83, em regime de urgência, apresentado pelo deputado Vanderlei Macris, dispondo sobre a fiscalização dos atos da Administração Estadual Direta e Indireta. Aprovado o parecer do relator, deputado Vicente Botta, dando redação final à proposição. Projeto de Lei n.º 222/84, apresentado pelo deputado Ary Kara, dando a denominação de "Julio Fortes" à Escola Estadual de 1.º Grau (Agrupada) do Bairro Mavissou, em Lavrinhas. Aprovado o parecer do relator, deputado Manoel Moreira, dando redação final à proposição. Projeto de Lei n.º 494/84, apresentado pelo deputado Edinho Araújo, dando a denominação de "17 de Setembro" à 2.ª Escola Estadual de 1.º Grau de Pompéia. Aprovado o parecer do relator, deputado Vicente Botta, dando redação final à proposição. Projeto de Lei n.º 626/84, apresentado pelo deputado Fernando Leza, dando a denominação de "Professora Isaura Valentini Hanser" à EEPG (Agrupada) de Vila Rosina, de Caieiras. Aprovado o parecer do relator, deputado Paulo Frateschi, dando redação final à proposição. Projeto de Lei n.º 641/84, apresentado pelo deputado Sylvio Marini, declarando de utilidade pública o "Fundo Araraquense de Bolsas de Estudos (FABE)", de Araraquara. Aprovado o parecer do relator, deputado Manoel Moreira, dando redação final à proposição. Moção n.º 467/84, apresentada pelo deputado Floriano Leandrini, apelando para o senhor presidente da República no sentido de ser enviado ao Congresso Nacional, projeto de lei alterando a política salarial para os que recebam até vinte salários mínimos. Aprovado o parecer do relator, deputado Paulo Frateschi, dando redação final à proposição. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu, Paulo Vieira Damásio Filho, secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo senhor presidente e por mim.

Aprovada em reunião de 28-5-85.
DEPUTADO GILBERTO PORT, Presidente
Paulo Vieira Damásio Filho, Secretário

Comissão de Redação

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA LEGISLATURA.

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, às vinte e uma horas e quinze minutos, no Plenário "José Bonifácio", da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, convocada pelo senhor presidente da Assembleia Legislativa, realizou-se a Quarta Reunião Extraordinária da Comissão de Redação, da Terceira Sessão Legislativa, da Décima Legislatura, sob a presidência do deputado Gilberto Port. Presentes os deputados Manoel Moreira e Paulo Frateschi, e ausente, por motivo justificado, o deputado Vicente Botta. Havendo número regimental, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, determinando a leitura da ata da reunião anterior, que foi considerada aprovada. Passou-se à apreciação da única proposição em pauta: Projeto de Lei n.º 337/85, em regime de urgência, apresentado pelo Poder Executivo, dispondo sobre a abertura de créditos suplementares destinados ao pagamento da dívida pública estadual e de débitos decorrentes de precatórios judiciais. Foi aprovado o parecer do relator, deputado Manoel Moreira, dando redação final à proposição. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da

qual eu, Paulo Vieira Damásio Filho, secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo senhor presidente e por mim.

Aprovada em reunião de 29-5-85.
DEPUTADO GILBERTO PORT, Presidente
Paulo Vieira Damásio Filho, Secretário

RELATÓRIO NORMATIVO RELATIVO AOS PROCESSOS DA REVISÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL-ADMINISTRATIVA DO ESTADO

Considerando que a Lei Complementar Federal Nº 39/62, ao alterar a redação do artigo 69 da Lei Complementar Nº 1/67, estabeleceu que "a criação e qualquer alteração territorial do Município somente serão feitas no período fixado na lei que dispõe, em cada Estado, sobre organização Municipal (Lei Orgânica dos Municípios)" e, tendo em vista que o artigo 103 do Decreto Lei Complementar nº 9/65 estabelece que a criação de Municípios, Distritos e suas alterações territoriais só poderão ser feitas no ano anterior ao das eleições gerais, consideradas estas as realizadas para escolha de Governador, Vice-Governador e Deputados, as medidas da espécie devem ser efetivadas neste ano de 1985.

Por outro lado, considerando o disposto no artigo 244, § 1º da IV Consolidação do Regimento Interno, as representações visando tais medidas devem ter dado entrada nesta Casa até o dia 30 de abril do corrente ano. Dezan entrada, nesta Comissão de Assuntos Municipais, até o dia 30 de abril do corrente ano de 1985, (40 (quarenta) Processos com objetivo de promover a alteração territorial de Distritos e Municípios do Estado de São Paulo.

1 - Os processos citados são os seguintes:

Processos CRIAÇÃO DE DISTRITOS

- RS 16.949/84 - Elevação do Bairro de Capinhal, no Município de Presidente Epitácio, à condição de Distrito.
- RS 17.510/84 - Elevação do Bairro de São Mateus, no município de São Paulo, à condição de Distrito.
- RS 3.459/85 - Elevação do Bairro de Santa Luzia, no município de Ribeirão Pires, à condição de Distrito.
- RS 6.935/85 - Elevação do Bairro de Boa Sucesso, no município de Itararé, à condição de Distrito.
- RS 6.938/85 - Elevação do Bairro de Santa Cruz dos Lopes, no município de Itararé, à condição de Distrito.
- RS 6.940/85 - Elevação do Bairro de Pedra Branca, no município de Itararé, à condição de Distrito.
- RS 7.720/85 - Elevação do Bairro de Boa Retiro da Esperança, no município de Angatuba, à condição de Distrito.
- RS 7.727/85 - Elevação do Bairro do Planalto do Sul, no município de Teodoro Sampaio, à condição de Distrito.
- RS 7.726/85 - Elevação do Bairro de Sapopemba, no município de São Paulo, à condição de Distrito.
- RS 7.731/85 - Elevação do Bairro de Aparecida do Monte Alto, no município de Monte Alto, à condição de Distrito.
- RS 7.734/85 - Elevação dos Bairros de Vila Dirce, Vila Lourdes, Jardim Tonato, Jardim Veloso, Fazendinha e Aldeia, no município de Carapicuíba, à condição de Distrito.

CRIAÇÃO DE MUNICÍPIO

- RS 3.353/84 - Elevação do Distrito de Alumínio, no Município de Mairinque, à condição de Município.
- RS 10.215/85 - Elevação dos Distritos de Santo Anaro, Capela do Socorro e Parrelheiros, no município de São Paulo, à condição de Município.
- RS 14.707/84 - Elevação do Distrito de São Miguel Paulista, no município de São Paulo, à condição de Município.
- RS 6.044/85 - Elevação do Distrito de Euclides da Cunha, no município de Teodoro Sampaio, à condição de Município.
- RS 6.937/85 - Elevação do Distrito de Bertoga, no município de Santos, à condição de Município.
- RS 6.572/85 - Elevação do Distrito de Perus, no município de São Paulo, à condição de Município.
- RS 6.935/85 - Elevação do Distrito de Potumunda, no município de Jaú, à condição de Município.
- RS 7.435/85 - Elevação do Distrito de Araraquiguana, no município de São Roque, à condição de Município.
- RS 7.504/84 - Elevação do Distrito de Aspásia, no município de Urânia, à condição de Município.
- RS 7.505/85 - Elevação do Distrito de Aracanguá, no município de Aracatuba, à condição de Município.
- RS 7.719/85 - Elevação do Distrito de Ouroeste, no município de Guarani D'Oeste, à condição de Município.
- RS 7.728/85 - Elevação do Distrito de Saltinho, no município de Piracicaba, à condição de Município.
- RS 7.729/85 - Elevação do Distrito de Vicente de Carvalho, no município de Guarujá, à condição de Município.
- RS 7.730/85 - Elevação do Distrito de Estiva, no município de Mogi-Guaçu, à condição de Município.
- RS 7.733/85 - Elevação do Distrito de Utinga, no município de Santo André, à condição de Município.
- RS 7.759/85 - Elevação do Distrito de Rosana, no município de Teodoro Sampaio, à condição de Município (2 volumes).

REDESCRIÇÃO DE DIVISAS

- RS 4.072/85 - Redescricao das divisas dos distritos da Sede e de Aldeia, no Município de Barueri.
- RS 6.581/85 - Anexação de área do Município de São Pedro ao território do Município da Estância Hidromineral de São Pedro.
- RS 7.496/85 - Alteração das divisas dos Municípios de Arujá e Itaquaquecetuba.
- RS 7.497/85 - Anexação dos Bairros do Carmo, Caete e Lagoa, do Município de São Roque, ao território do Município de Vargem Grande Paulista.
- RS 7.498/85 - Alteração das divisas dos Municípios de Arujá e Itaquaquecetuba.
- RS 7.499/85 - Anexação dos Bairros de Parque Represa Billings, Sítio Yquerel, Colônia dos Pescadores, Clube de Campo Anchieta, Chácaras Engenho da Serra e Jardim Alteza, denominados Corredor Polonês, no Município de Santo André, ao território do Município de Ribeirão Pires.
- RS 7.503/85 - Anexação da área da Vila Itohorô do Paranapanema, no Município de Pirapozinho, ao território do Município de Estrela D'Oeste.
- RS 7.721/85 - Anexação de área do Município de Parabuna ao território do Município de Salesópolis.
- RS 7.723/85 - Anexação de áreas dos Bairros de Aguaçuã, Vila Camargo e Aterrado, no município de Cotia, ao território do Município de Vargem Grande Paulista.
- RS 7.727/85 - Anexação dos Bairros de Lagoa, Sossego, São Pedro, J. S. Marcos, Maracanduba, no Município de Itapevi, ao território do Município de Vargem Grande Paulista.
- RS 7.737/85 - Alteração das divisas dos Municípios de Arujá e Itaquaquecetuba.
- RS 7.739/85 - Alteração das divisas dos Distrito do Jardim Presidente Dutra, no município de Guarulhos.